

MARIA QUITÉRIA DE JESUS: HISTÓRIA E CINEMA

Carlos Alberto Vesentini (*)

ABSTRACT

The author examined the biography of Maria Quitéria in order to write the script for a historical film. From this angle he tries to analyse the conception of history transmitted by the character.

"É preciso que a história deixe de vos aparecer como uma necrópole adormecida, onde perpassam apenas sombras despojadas de substância."

Lucien Febvre

Algumas palavras introdutórias tornam-se necessárias⁽¹⁾. É que escrevo sobre filme histórico e sobre Maria Quitéria e, para alguns, essa conjunção pode parecer estranha. Quero referir-me àquilo que aparece como o antecipadamente dado e que cobra lugar no texto. Este foi redigido em momento no qual parecia existir algum interesse oficial na produção de filmes históricos⁽²⁾, inclusive com verbas para que propostas e roteiros fossem preparados e posteriormente analisados. Creio não ser incorreto supor que esta experiência, por sua vez, faça parte e adquira um sentido em relação a essa conjuntura.

(*) Do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

- (1) Este texto advém de trabalho realizado no início de 1978 e, originalmente, visava justificar e explicar uma proposta de roteiro sobre filme histórico a respeito de Maria Quitéria de Jesus, encaminhado à Embrafilme. Revi-o pensando em apanhar melhor a participação do historiador em trabalhos semelhantes. Creio que nisso reside seu interesse.
- (2) No final de 1977 surgiram artigos sobre incentivos à produção de filmes históricos na grande imprensa. Por outro lado, em São Paulo, diversos produtores prepararam e enviaram roteiros para a Embrafilme.

E na forma como examino a questão, sob a ótica do processo de pesquisa, esse submeter-se às decisões finais de uma agência oficial não é o que ressalta mais, ou melhor, não é o único problema que ressalta; pesam sobretudo o “Maria Quitéria” e o “histórico”.

É evidente que a motivação da produção (ou dos produtores) liga-se à existência de verbas oficiais, sem as quais talvez fosse impensável o amor ao “histórico”. Também o resultado final fica preso ao mesmo círculo — um roteiro e proposta devem ser aprovados. Ainda pertence ao conjunto a questão da exiguidade dos prazos; está-se fora, de fato, do universo de teses e das revisões.

Entretanto, não são essas as questões que vou abordar. É preciso que me refira às que tocam o conteúdo e que podem nortear as pesquisas e decisões durante a elaboração do roteiro. Isto porque elas incidem sobre a concepção de história que o “filme histórico” veicula e possui.

Cabe ainda observar que não vejo porque debater a expressão “filme histórico”, no mínimo problemática. É realmente misterioso descobrir como um filme pode ser especificamente histórico ou desvendar um critério classificatório que o coloque ou o elimine desse campo ⁽³⁾. Depara-se aqui com uma dupla decisão incidindo diretamente sobre o conteúdo geral do filme: trata-se de obra sobre personagem histórica, sendo que a escolha desta recaiu sobre Maria Quitéria ⁽⁴⁾; é preciso esclarecer que se teve que operar sobre esta dupla decisão ⁽⁵⁾. Estas definições prévias procedem da área da produção e, dessa forma, pertencem ao que é imposto.

I — O PROBLEMA

Aceitas as cartas do jogo, tudo parece tornar-se bem simples. Afinal, filmes que incidem em biografias são rotineiros, e o único detalhe a mais é o fato da personagem ser retirada do baú da história e, portanto, haver a necessidade de algumas informações específicas, “corretas”, sobre sua vida. Suponho que o único problema desta calma mesa de jogo com cartas marcadas reside na pretensão “histórica” do filme. No fato de o mesmo presumir uma leitura da história.

(3) Isto como classificação genérica, porque quando um filme se diz especificamente histórico, cabe prestar muita atenção à percepção de história veiculada. Por outro lado, é freqüente encontrar-se filmes que incidem sobre a história, sem que o pretendam.

(4) Não sei exatamente qual o critério que levou à seleção de Maria Quitéria; de qualquer modo, ainda era muito forte o impacto de “Chica da Silva”, e isto sugere ao menos que o critério não se pautava nem de longe pelo exótico.

(5) Limitado o campo de pesquisa — aparentemente a vida de Maria Quitéria — definir o filme foi obra de equipe. Dela fizeram parte diretor, roteirista, cenógrafo e “assessor histórico”, embora as respectivas funções fossem difusas durante essa fase do trabalho. As questões gerais foram debatidas em conjunto, à procura de consenso, especializando-se as funções posteriormente, para que o roteiro detalhado pudesse ser apresentado.

O entender Maria Quitéria de Jesus como personagem histórica impõe reflexões prévias ao conhecimento de sua vida. Exige distinguir a mera biografia da relação entre história e personagem. Em primeiro plano existem as questões do como ler, do que ler, mais relevantes que o levantamento cuidadoso dessa biografia. É claro que muitos filmes fizeram biografias e não se questiona em muitos deles a fidelidade retratada; numerosos filmes tocaram e trabalharam a história, e com muito brilho. Mas também é claro que ao se decidir explicitamente por uma entrada pelo discurso histórico, este deve estar preenchido de alguma forma. E esta é a questão: como ler, em perspectiva histórica, Maria Quitéria?

É a própria historicidade de Maria Quitéria que merece exame. O nexo entre a mesma e seu momento deve tornar-se visível. É o lembrar-se dos imperativos e determinações que num social específico dão inteligibilidade a um indivíduo, o qual, em si mesmo, em desconhecendo aquelas, transforma-se em mera abstração. E este é um campo plausível de debate, onde a história pode debruçar-se. Sobre ele tem-se um ponto de partida possível onde procurar uma proposta para o filme, informado pelas questões históricas, embora não mecanicamente dependente delas.

Volto-me, nesse passo, para alguns estudos históricos, observando o tratamento dado à personagem, em nexo com sua época. E Febvre é um clássico. (Penso em Rabelais ⁽⁶⁾, e também na razão de ser de seu estudo, em entendendo o século XVI). Ora, quando Febvre vai a Rabelais, não é apenas a biografia de um grande autor, de um nome "histórico" que o interessa — nem dá margem a tal interpretação. Ele já possui um problema em mãos: reside nas diferentes leituras de Rabelais, no vê-lo em relação à religiosidade e ao livre pensamento, no supô-lo um precursor. É esse quadro que o interessa e nele uma questão geral o guia. Creio poder expressá-la numa pergunta: pode, realmente, um homem excepcional escapar de seu tempo?

A pergunta não é retórica. Discorrendo sobre as relações entre a história e a psicologia, o autor percebia a existência efetiva de uma dicotomia nos estudos que se detinham ou no indivíduo ou na sociedade. E para a história o problema que se apresentava residia na necessidade de ultrapassar essa dicotomia. Ou seja, partia da crítica a colocações feitas em termos de oposição entre indivíduo e história. Ambos os polos se relacionam, não se admitindo, entretanto, a biografia em si mesma; reconhecer o indivíduo em sua época avança mais pela perspectiva da história.

E aqui, dado que Rabelais podia ser tomado por um homem excepcional, como que ultrapassando sua própria época (e pelo menos uma leitura caminhara nesse sentido), cabe uma exigência de critério. Afinal, quando uma obra atinge dimensões históricas? E, aos olhos da história,

(6) Lucien Febvre — *Le Problème de l'Incroyance au XVIe. Siècle. La Religion de Rabelais*, Paris, Albin Michel, 1942.

há que separar as obras que alcançam unicamente pequenos grupos sociais daquelas cujo alcance chega ao geral, podendo portanto implicar na própria dinâmica social (por exemplo, envolvendo religiões, o conjunto das idéias, tocando nas revoluções). E é aqui que o autor pensa no contexto social em que a obra surge, o qual implica inclusive na sua autoria, haja visto o vaivém entre o autor e as questões que seu momento apresenta ⁽⁷⁾. E é dentro de uma percepção semelhante que Febvre observou outro problema relacionado com a Reforma, com Lutero ⁽⁸⁾. E a inteligibilidade deste foi procurada em relação à própria Alemanha de seu tempo, e nas condições específicas desta é que Lutero adquiriu sentido e papel.

Estabelecida a relação entre personagem e história, pode-se voltar a Rabelais. Quais os critérios que permitem ao mesmo tornar-se objeto de estudo? Febvre avança em duas direções: Rabelais deixou numerosos escritos. Portanto, existe material suficiente para que seu pensamento seja analisado. E, especificamente, este é o foco de interesse. É o que está manifesto neles, uma vez que esse pensamento coloca o dedo no conjunto de problemas que mais divisões causou entre seus contemporâneos. Questões sobre a alma, a imortalidade, a ressurreição e outra vida, a onipotência, as resistências de ordem natural à divindade. O suficiente para o autor afirmar:

“Em suma, por que Rabelais? Porque qualquer estudo atento do romance e do pensamento rabelaisiano põe em causa, além da obra em si, a evolução total do século que o viu nascer. Que o fez nascer” ⁽⁹⁾.

Pode-se agora reunir a questão geral sobre Rabelais e a razão de seu estudo com a questão do critério, através do qual a história analisa obra e autor. Incide no encontrar os limites à ação individual ou ao pensamento no interior de uma época. A religiosidade ressalta e impõe-se a todos. Rabelais pode negá-la? Visto o domínio da religião sobre a vida, onde apoiar-se para a negação? Para Febvre negar é mais que não gostar apenas. Desgostar não possui maior significado social, enquanto o negar supõe um corpo coerente de argumentos e de análises, para que se diga algo, e tal transcenda além do silêncio interior da consciência individual. Daí a busca dos apoios possíveis: na ciência, na filosofia, no ocultismo; sua ausência pode significar a impossibilidade social da negação, e o desinteresse da história.

(7) Ver “Uma Trajetória: Lucien Febvre”, Introdução de Carlos Guilherme Mota a *Lucien Febvre: História*, São Paulo, Ática, 1978, especialmente pp. 22-25.

(8) Lucien Febvre — *Martin Lutero: um destino* (tradução espanhola), México, FCE, 1956. O texto original é de 1927.

(9) *Lucien Febvre: História*, organizado por Carlos Guilherme Mota, *op. cit.*, p. 32.

"Rabelais, negador do Cristianismo em 1532? Se Rabelais não podia se apoiar em tal feixe de raciocínios e constatações devidamente efetuados (quer sejam, de resto, susceptíveis ou não de interpretações diversas) — Rabelais, negador em 1532, por liberalidade gratuita de seu espírito, significa um Rabelais desprovido, no seu pensamento, de todo o sentido, de todo o valor, de todo o alcance histórico e humano. E, conseqüentemente, nada resta ao historiador senão passar a esponja. E esquecer Rabelais" (10).

É chocante o conjunto de exigências mostradas por Lucien Febvre? Assusta sua leitura da confluência entre história e indivíduo? No entanto, um clássico não chega a tal, não é reconhecido, em função de nenhum decreto-lei. Ele passa pelo crivo de seus iguais e serve de orientador para um amplo número deles. Nesse sentido está-se diante de uma posição que pesou e ainda é dotada de força no campo da história (11).

Isto não significa impossibilidade de debate ou contestação. No entanto, observe-se que estão em jogo as implicações gerais, históricas, do papel individual e não a discussão de até onde agem e acorrentam as determinações. Talvez fosse melhor levar as dúvidas por outro rumo. É que as personagens analisadas, Rabelais e Lutero, parecem pressupor uma certa grandeza. E no mínimo seria exagero situar Maria Quitéria no mesmo rol. Por outro lado, linhagem diversa no campo de estudos talvez fizesse cobrança menor da relação entre indivíduo e seu momento ao organizar uma análise de caráter histórico de sua biografia.

Diminuir a incidência do foco impõe-se exatamente, para atender a Maria Quitéria. Sua ação não possui a abrangência das personagens vistas. Mas pelo menos dois pontos, na análise de Febvre, devem ficar bem assentes: um deles é que a personagem não tem sentido fora da questão onde se a vê. Questão e personagem vêm juntas e esta não existe casualmente, sendo em si mesma dotada do direito de reivindicar um estudo; ao contrário, seu papel histórico é dado em função da questão que a torna relevante. E o outro ponto, igualmente basilar, é que a própria questão não possui nenhuma significação quando deslocada de seu momento; para a história tratar-se-ia de puro anacronismo.

O exame de outros autores, cuja proximidade com Febvre em numerosos tópicos não é muito íntima, em vez de sugerir um afastamento dos dois pontos fundamentais destacados, simplesmente os reforça. Goldmann, por exemplo, examina o Jansenismo (12). A seleção de autores prevê uma relação entre os mesmos e a questão central. Não se

(10) Idem, p. 53.

(11) E mais: o mero fato de um grande número de autores ir diretamente a personagens consagradas pela história indica que não existem maiores dúvidas quanto à necessidade de relevância histórica das mesmas. Os tropeços ocorrem exatamente no demonstrar a consistência desta e não apenas pressupô-la, o que dá mais atualidade a Febvre, à sua exigência de cuidado com os critérios.

(12) Lucien Goldmann — *Le Dieu Caché*, Paris, Gallimard, 1955.

trata nem de um "grande autor", nem de "qualquer um", destituído de critério. São as nuances do pensamento jansenista que devem afirmar-se na análise daqueles que o elaboraram (e mesmo um autor insuspeito foi posto em relevo, em função da análise de uma delas). O círculo se amplia com a ligação entre Jansenismo e visão de mundo e, mesmo assim, a perspectiva ainda não se fecha. A inteligibilidade de uma visão de mundo deve ser dada pela situação concreta de uma determinada classe social, ou seja, exige inclusive o exame acurado do princípio estratificador de uma sociedade específica, em termos de formação social.

Gramsci, em análise singular às anteriores, ao preocupar-se com a racionalidade do político⁽¹³⁾, também permite a observação de algumas personagens. E a relação com a história é mais que íntima, porque tais personagens só têm expressão enquanto parte da luta (refiro-me aos seus textos sobre o Risorgimento)⁽¹⁴⁾. A análise do Partido da Ação e do Partido dos Moderados, tendo em vista o problema da direção no movimento definidor do processo histórico, leva-o a examinar, nessas condições e situação, algumas figuras, como Cavour ou Garibaldi; mas é apenas a questão da direção ou, outra via, da hegemonia, que leva-o a examinar alguns atores da cena histórica. Independente desta, eles inexistem.

Multiplicar os exemplos já seria exagero. Mas há pelo menos três vertentes diversas que permitem sedimentar os critérios mínimos retirados de Febvre, para se pensar, em termos históricos, uma personagem. E não se pode dizer que as formas de trabalho semelhantes, realizadas no Brasil, anulem os mesmos critérios. A seleção do autor já é efetuada em função de sua relevância histórica, e esta é dada pela bibliografia. Veja-se, por exemplo, Oliveira Vianna⁽¹⁵⁾. Interessado no estudo do nacionalismo, Adalberto Marson analisa Alberto Torres⁽¹⁶⁾; tal nexó explica sua preocupação com o contexto social do qual Torres é originário e, em momento algum, a biografia é, em si mesma, seu foco de atenção; a relevância do problema (nacionalismo) e do autor é que a exigem. Novamente depara-se com uma exigência de grandeza: a personagem, para a história, deve ser dotada de algum destaque⁽¹⁷⁾. A análise pode diminuí-lo, mas enquanto suposição ele permanece prévio.

(13) E Maria Quitéria permite análise relacionada à teoria política, dado que aparece aos olhos da história ligada a um processo político; aquele das lutas pela Independência, na Bahia.

(14) Antonio Gramsci — *El Risorgimento*, (tradução espanhola), Buenos Aires, Granica, 1974.

(15) Evaldo Amaro Vieira — *Oliveira Vianna e o Estado Corporativo*, São Paulo, Grijalbo, 1976. O autor está preocupado com o pensamento conservador. Já Maria Stella M. Bresciani em "A Concepção de Estado em Oliveira Vianna", *Revista de História*, número 94, São Paulo, 1973, considera necessário examinar o pensamento do autor por dentro, utilizando técnicas pertinentes ao domínio da semântica. Ora, isto é possível, e bastante plausível, dada a relevância do autor em termos da bibliografia.

(16) *A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres*, São Paulo, Duas Cidades, 1979.

(17) Observa-se, a propósito, que Emília Viotti da Costa, autora de brilhante análise sobre a Independência, desenvolveu um estudo sobre José Bonifácio. "José Bonifácio: mito e história", *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1967. Republicado em Carlos Guilherme Mota, (organizador) — *1822: Dimensões*, São Paulo, Perspectiva, 1972.

O breve círculo efetuado traz de volta o ponto inicial: a relação entre personagem e história não se libera em favor da liberdade daquela; é a análise da história que se reforça. Nesse sentido, os dois critérios ressaltados a partir de Febvre carecem de esclarecimento naquilo que eles de fato são: mínimos; não se trata de nenhum exagero a tolher algum original talento criativo, mas apenas de garantir esse mínimo de cuidado para resguardar a perspectiva histórica ⁽¹⁸⁾.

Tendo em vista a natureza essencial do problema, por onde seguir? Observe-se: tenho em mãos unicamente uma personagem, Maria Quitéria de Jesus. E uma pergunta: qual a questão ou qual o problema que a situa enquanto preocupação histórica?

Respondo utilizando outra pergunta, aliás pertinente, neste caso: através de qual caminho Maria Quitéria é posta, agora, e se coloca à minha reflexão? Ela comparece a esta discussão enquanto figura que se destacou na guerra pela Independência, na Bahia. Destaque militar, na própria luta, como soldado — imagem de heroína. Mas não apenas dessa forma: a personagem aparece difusamente nas publicações orientadas para a análise da condição da mulher, com potencialidade para converter-se em provável personagem de interesse feminino. Suponho, por sinal, ser perfeitamente válido afirmar que esse potencial está relacionado diretamente a considerações sobre seu papel, enquanto mulher, nos combates pela Independência.

Entretanto, não se pode perder de vista o que se constituía decisivo e definidor do próprio momento histórico. Ele engendra seus próprios problemas. O que torna ainda mais necessária a obrigação de manter o devido cuidado para não me deixar levar por armadilha já comentada por Febvre, a do anacronismo. Isto é, questões situadas fora de sua época, portanto despidas de correspondência histórica com o que então vai-se constituindo. O que poderia implicar no refazer o caminho de Rabelais.

Algo mais: uma dúvida pode ser gerada por uma aparência enganadora, dando a impressão de existirem duas questões opostas, ligadas a dois apelos diversos no presente que recebe Maria Quitéria. O que forçaria escolha. A rigor não existe nenhuma questão, apenas uma afirmação, com força de fato, a que postula Maria Quitéria como heroína baiana, na Independência. E foi por esta via que Quitéria se apresentou também à própria consciência da mulher. É essa afirmação que pode e deve tornar-se problema. Cabe examinar a relação entre a personagem e o movimento histórico que parece tê-la constituído como foco de interesse. A partir desta perspectiva é possível interpretar sua biografia e organizar uma proposta de leitura capaz de orientar um filme.

(18) Nada excessivamente dramático. Aqui pode-se ter mais de um ângulo a considerar, sendo um deles bem simples e direto. Maria Quitéria é, por sinal, um ótimo exemplo do que quero dizer. Já imaginaram cenas da mesma plenas de "feitos heróicos" ou, pior ainda, inumeráveis banhos e danças?

II — EM BUSCA DE MARIA QUITÉRIA

Possuía, inicialmente, como referencial, uma biografia da personagem, cujos direitos para transcrição ao cinema tinham sido adquiridos pela empresa produtora, interessada no título da obra ⁽¹⁹⁾. Esta biografia parecia insuficiente, dado seu caráter de romance histórico. Mas creio que as razões gerais ficarão mais claras logo abaixo, quando abordar as demais obras comentadas.

Efetou-se, a seguir, um levantamento bibliográfico a respeito de Maria Quitéria de Jesus ⁽²⁰⁾. Ficaram divididos dois tipos de textos: os que diziam respeito à sua biografia e os que podiam dar referências do cotidiano do próprio momento histórico. Quanto a este almejava-se acompanhar a personagem na visão de seus contemporâneos, na prática do processo que então decorria. Interessavam, especificamente, as fontes que acompanharam as lutas e batalhas (sem muito peso na palavra...), uma vez que Maria Quitéria aparece nas biografias como combatente. Logo após os primeiros e fugazes comentários conjuntos a respeito de sua biografia, tornou-se evidente a necessidade de cotejá-la com as descrições dos contemporâneos. Impunha-se examinar a fidelidade aos combates, verificar inclusive a existência destes, observar melhor as motivações apresentadas a respeito das atitudes da personagem e, principalmente, encontrar nas descrições a presença de Maria Quitéria.

No entanto, era preciso alargar o campo de investigação. Este passo do trabalho, dessa forma, mal daria conta de sua biografia, enquanto simples problema individual. E este não era o objetivo do trabalho. Concomitantemente dever-se-ia relacionar esses sucessos ao próprio movimento histórico, através da bibliografia relativa ao período da Independência. Impunha-se desdobrar a questão, ultrapassando a temática independência e procurando a inteligibilidade da dinâmica histórica em análises que, como a de Fernando A. Novais, evidenciaram a existência, a racionalidade e a crise do antigo sistema colonial ⁽²¹⁾. Todavia, o problema não se resolve apenas através da somatória de diversos níveis de informação. Maria Quitéria precisa ser explicada e adquirir sentido frente a esse conjunto. Mas não avançarei, por enquanto, por essa via. Impõe-se primeiro examinar a personagem.

Ampliei o rol de leituras a respeito de Quitéria, complementando-o com base no levantamento bibliográfico sobre a condição feminina no

(19) João Francisco de Lima — *A Incrível Maria Quitéria*, São Paulo, Nova Época Editorial, 1977.

(20) A pesquisa foi subsidiada pela equipe de trabalho, visando a construir um quadro geral de sua vida e relacioná-lo com o processo histórico.

(21) *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII)*, (Caderno Cebrap 17), São Paulo, 1974; conferir também "As Dimensões da Independência", In Carlos Guilherme Mota (organizador) — 1822: *Dimensões*, op. cit.

Brasil, efetuado pela Fundação Carlos Chagas ⁽²²⁾. Trata-se de uma obra de equipe, dividida em partes diversas, sendo uma delas classificada como área de história. Consta desta parte uma seção comentada sobre biografias; nesse conjunto comparece, entre outras, Maria Quitéria ⁽²³⁾.

Foi-me possível, observando os próprios procedimentos dessa equipe, desprezar citações e referências que não estivessem esteadas em estudos mais específicos. Elas podem ser tão amplas quanto pouco fundamentadas. Trata-se, no geral, do mundo dos discursos comemorativos, dos artigos vários de jornais, de revistas não especializadas, etc. Mas a crítica, neste ponto, não pode ficar totalmente genérica. É que penso nesse universo das publicações tendentes a organizar-se como mitologia, preocupadas com exemplos edificantes. Complete-se com a constante repetição das mesmas curiosidades, geralmente reproduzidas de alguma biografia básica. Encontrada a citação, esta sim tornava-se objeto de atenção ⁽²⁴⁾.

Existem diversas biografias sobre Maria Quitéria de Jesus. A tendência repetitiva, embora apresentando pequenos questionamentos, reproduz-se. A preocupação histórica, no que toca à relação entre personagem e sua época, queda incrivelmente ausente de busca de critérios e não co-participante das angústias expostas. E não se pense que algumas deixem de se entender como histórias. Ocorrem descrições da luta pela Independência, entremendo feitos notáveis da heroína. Mas a pauta geral tende a procurar pequenos detalhes de sua vida e o histórico se perde. Algumas permitem o exotismo ⁽²⁵⁾, outras dão margem ao reforço de certa moralidade ⁽²⁶⁾, para exemplo geral, reunindo não somente Quitéria, como outras figuras femininas igualmente destacáveis em alguns destes aspectos. Por outro lado, ponteiavam as que escapam dessa perspectiva, envolvendo-se em detalhes e pontos controversos sobre a vida de Maria Quitéria, mas nada relevantes para o entendimento de suas ações e seu pensamento,

(22) Elba S. de Sá Barreto (coordenadora) — *Bibliografia anotada sobre a mulher brasileira: história, família, grupos étnicos, feminismo*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1977, (mimeog.).

(23) Veja-se Miriam Lifchitz Moreira Leite — “Bibliografia anotada sobre a mulher brasileira (Área de História), *In Ciência e Cultura*, volume 30, número 1, São Paulo, SBPC, janeiro de 1978; a autora participou da obra conjunta efetuada pela Fundação Carlos Chagas e, neste artigo, discute os critérios e problemas enfrentados para organizar essa bibliografia. Consta ilustrativa crítica a respeito do uso e do conteúdo das obras sobre as biografias selecionadas, daí os problemas a serem enfrentados para que seja possível utilizar dados constantes das mesmas.

(24) É claro que não posso abalar-me a estender a crítica genericamente; trabalhei com o que foi possível encontrar e ler em período de tempo curto. Daí, inclusive, meu interesse em cotejar as informações colhidas com outros levantamentos mais amplos.

(25) Olmio Barros Vidal — *Precursoras Brasileiras*, Rio de Janeiro, A Noite Editora, 1945; Maria Quitéria é vista como a “primeira mulher-soldado”, entre outras precursoras, no que até então fora exclusivo apenas de homens.

(26) Ignez Sabino — *Mulheres Ilustres do Brasil*, Rio de Janeiro, Garnier, 1899; cada uma das personagens pode também ser vista como lição patriótica de história e exemplo dignificante.

ou mesmo para a compreensão de seu papel, quer no movimento político, quer em seu meio social.

Devem ser citados alguns pontos, sobre os quais incidem divergências entre os biógrafos. Especialmente os que mais provocaram reparos. Veja-se a premente questão da nacionalidade do pai (era português ou brasileiro?), a cor e olhos de Quitéria (parecia realmente índia?), sua idade ao sair para a luta na guerra da Independência (saber com quantos anos foi efetivado seu registro de batismo, pois não o foi logo após o nascimento); continuando a série de premências: o local onde nasceu, o número de seus irmãos, o que acontece em sua vida após o fim da guerra, saber se chegou a ter filhos ou não, a forma como dirigiu-se a Cachoeira, a fim de alistar-se como voluntário (disfarçada em homem), nas tropas locais... a questão se resume em descobrir como ela chegou até a cidade, em companhia do pai ou, então, do cunhado.

As fontes utilizadas para acompanhar a vida de Quitéria padecem de indecisões semelhantes. É reduzido o material sobre sua vida (ao menos na perspectiva dessas biografias). E o material refere-se à personagem de maneira indireta, forçando em excesso as conjecturas e o recurso a fontes ainda mais distantes. Em geral, quase todos os autores basearam-se nas mesmas fontes, seja acompanhando todas, ou algumas, ou apenas repetindo-se uns aos outros ⁽²⁷⁾.

Partem geralmente do inventário da mãe, do livro de registro de batismos, do livro de casamentos (acompanhando os casamentos do pai, que teria contraído núpcias três vezes), do testamento do pai, do depoimento de Maria Graham. Estas as principais fontes citadas. São geralmente acompanhadas de artigos publicados posteriormente em jornais locais ⁽²⁸⁾, por particulares interessados em acertar detalhes controversos sobre sua vida. Entre as tais questões controversas e estas fontes estabelece-se uma linha de solidariedade que simplesmente indica algum interesse em se montar uma biografia individual, um tanto quanto desvinculada de qualquer outra consideração, com o agravante da falta de informações gerais, mesmo as de cunho meramente pessoal.

Para quem busca examinar essas biografias com o fito de compreender Maria Quitéria como parte do momento político onde ela se situava, e através do qual, para seus biógrafos, a personagem se apresenta como "destacável", como figura popular de heroína, o empreendimento é, no mínimo, desencorajador. E este é um ponto fundamental, porque a relevância de Quitéria, daí inclusive a razão de ser das biografias, é dada

(27) As biografias específicas procuram citar um número maior de fontes; é o caso de Fernando Alves — "Biografia de Maria Quitéria de Jesus", In *Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia*, volume V, Salvador, 1952. Ver também Pereira Reis Jr. — *Maria Quitéria*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1953.

(28) Por exemplo, na *Folha do Norte*; as referências textuais são vagas e não asseguram uma indicação bibliográfica adequada.

por sua participação na luta. Esse ponto exige, imediatamente, uma relação entre biografia e história que necessita ser efetivada ao nível historiográfico. Pode ser visto como chocante esse exame, na medida em que os autores comentados não tenham sequer percebido a existência desse problema ⁽²⁹⁾.

Outra via, a que foi assentada sobre fontes e bibliografia, que tentava apanhar o momento histórico no cotidiano, descrevendo o dia a dia dos combates e eventos também criava um impasse. Exatamente o mesmo em que esbarraram os biógrafos, quanto à carência de fundamentação material. Na verdade, Quitéria pouco aparece ⁽³⁰⁾. A única fonte que a cita de modo direto é Maria Graham ⁽³¹⁾. São poucas páginas, apenas três, onde estão contidas as impressões que a autora teve de Quitéria, com quem conversou pessoalmente quando de sua visita ao Rio de Janeiro em agosto de 1823 ⁽³²⁾.

Nesse passo, adiantar-me-ei a propor um breve balanço sobre o material trabalhado. As biografias de Maria Quitéria não atendem a elementares requisitos que a exigência histórica apresenta quando se coloca a necessidade de relacionar personagem e momento histórico. Nem ao menos abundam as informações pessoais sobre Quitéria baseadas em fontes seguras, ou seja, sua própria biografia individual permanece problemática. A bibliografia que trata da luta, até mesmo as fontes consultadas pouco ou nada informam no que tange à personagem. Um poema glorificador da luta consagra Quitéria através de feitos dignos de realce; parte do esforço de apresentar uma luta com caráter épico. Apenas Maria Graham se refere diretamente a Quitéria. E, no entanto, trata-se de uma viajante, analisando impressões pessoais, mas que conservou informações dadas pela personagem.

-
- (29) O que pode ser observado, por outro lado, no tratamento e na bibliografia então utilizada, quer para a análise do cotidiano e de seu significado, na fazenda do pai, quer para o estudo do momento histórico enquanto compreendido como processo de independência.
- (30) Ao menos naquelas que tratam diretamente da luta e seus problemas. É inquietante que adquira destaque em um poema, onde a personagem foi mais trabalhada, relevando-lhe os feitos gloriosos. Nesse sentido, veja-se a publicação recente do poema de um dos contemporâneos, Ladislau dos Santos Titara — *Paraguassu: Epopéia da Guerra da Independência na Bahia*, São Paulo, Instituto Histórico Brasileiro e Conselho Federal de Cultura, 1973.
- (31) Esta conhecida viajante inglesa, interessada em botânica e pintura, autora de vários livros relatando suas viagens, era então governanta da Imperatriz. Ver a respeito, Hélio Vianna — “Maria Graham no Brasil”, *In Revista do Brasil*, São Paulo, janeiro de 1941.
- (32) Maria Graham — *Diário de uma Viagem ao Brasil e de uma Estadia nesse País durante os anos de 1821, 1822, 1823*, tradução e notas de Américo Jacobina Lacombe, São Paulo, Nacional, 1956, pp. 329-331. Para Lacombe tem-se aqui “o mais importante depoimento pessoal acerca da famosa heroína baiana”. A afirmação é uma nota de rodapé que ainda observa serem a maioria dos escritos sobre Quitéria baseados em suas páginas. E, por sua vez, Lacombe cita uma das biografias já comentadas, a de Fernando Alves.

Aceita a sugestão derivada desse balanço, é nas páginas de Maria Graham que se encontra o ponto de partida para o conjunto de análises. Parece-me que o "dossier" Maria Quitéria encontra-se escorado nessa questão. Explico-me. O pequeno texto da inglesa sobre Quitéria constitui-se na fonte que originalmente tem permitido o levantamento de questões relativas ao "problema" personagem. Afinal, foram com essas páginas que a pesquisa teve contato mais imediato. Também as análises e dúvidas dos biógrafos se originaram de sua leitura; dela emergem uma série de questionamentos (cor dos olhos e tez, nacionalidade do pai, local de nascimento, etc.). Suponho que a derivação, a partir daqui, seja simples: leva tanto ao exame puramente pessoal de sua vida, como à procura das fontes que atendam às dúvidas apresentadas; da dificuldade de se encontrar as informações necessárias, os biógrafos passaram à prática do recurso da repetição e à imaginação.

Concluo que neste ponto está paralisado o "estado atual da questão". Em outras palavras, o texto de Maria Graham foi a base das questões pesquisadas e a fonte básica trabalhada, a partir da qual tornou-se possível o "crescimento" da personagem. Ao tentar aprofundar a análise e, deste modo, contribuir para deslindar o problema, vejo-me obrigado a aceitar essa conclusão e a retomá-la como ponto de partida.

Parece-me possível apreender outra perspectiva para abordar esse texto. Ele se mostra prenhe de sugestões e de nexos históricos, cuja ausência constitui o ponto principal das críticas formuladas às biografias examinadas. Isto porque se tratava de integrar uma Quitéria concreta no movimento político, através do qual ela se transformara em foco de atenção. Descrivê-la em combates, vencendo resistências que a impediam de lutar pelo Imperador, preenchê-la de ardor patriótico, ou genericamente escrever sobre a Independência, não completa essa etapa decisiva de análise. Somar as ações de Maria Quitéria com informações sobre a Independência também não cobre essas exigências, e avançar sobre detalhes da vida da personagem não dá conta e nem caminha na direção do esforço necessário para estabelecer esse nexo.

Impõe-se, isso mesmo, que se retome a leitura de Maria Graham por essa via. Seu texto fornece informações que permitem vislumbres sobre a condição social de Maria Quitéria, sobre sua existência enquanto parte das relações estabelecidas por uma "economia" parcialmente mercantil, sobre o discurso político oficial à época da Independência e sobre a ação política através da qual o poder elabora, nesse momento, uma percepção social de Maria Quitéria.

Trata-se de sugestões que dizem respeito ao interesse pelo tema e ao método numa perspectiva histórica, uma vez que permitem elaborar uma Quitéria com maior concretude, ou então situada de maneira menos abstrata. Os biógrafos não caminharam por essa direção, desfocando-a de seu interesse. A imagem de heroína pátria recobre o espaço da explicação histórica, dando corpo a um discurso que toma o lugar da análise

da relação entre personagem e movimento político. Observam que ela luta pelo Imperador e pelo Brasil e isto basta. Uma Independência e um Brasil genéricos, vazios de conteúdo, englobam o universo das ações de Maria Quitéria. Não estou afirmando que esse discurso não encontra suportes nas páginas da inglesa. Vários de seus elementos pertinentes encontram-se lá. Mas eles não cobrem todo o conjunto de reflexão do texto, nem podem dar os parâmetros de sua análise global.

Recuperar as informações que situam a personagem como parte de uma sociedade e de uma luta específica é o que se impõe. Os biógrafos, com apoio em informações mínimas, tomaram-nas como base para construir uma Maria Quitéria que, especificamente, carrega consigo um discurso vazio e que se solta do tempo, assumindo contornos míticos. Não viso redescobrir o puramente pessoal, mas devo pelo menos tentar retomar o espaço ocupado por esse discurso. Lembro-me novamente de Febvre, para quem o historiador forja seus fatos como “ganchos”, para neles pendurar teorias; no seu dizer, forjar, à maneira do histologista, passa pela organização tanto dos instrumentos de trabalho, quanto do próprio material trabalhado. Essa é a conformação geral que “dá” o fato ⁽³³⁾.

Ironicamente, o que se tem em mãos é pouco para a tarefa de elaborar “ganchos”. Mas é preciso por mãos à obra. E não se trata de construir outra Quitéria, mas de mudar-lhe as dimensões, o que leva a destruir parte do universo onde ela se insere. Ou seja, a organização dos “fatos” deve ser suficiente para a obtenção de um duplo resultado: contrapor-me à abrangência do mito que as biografias reproduzem, do qual tornaram-se “ganchos”, e, dessa forma, ampliar a percepção do problema Maria Quitéria.

III — PROPOSTA DE LEITURA

Mostrou-se, no item anterior, toda uma gama de insuficiências constantes da questão Maria Quitéria. Propus-me agora retomá-la, estabelecendo como ponto de partida os parâmetros de uma “leitura” voltada para provocar uma inflexão no problema; resta, portanto, esboçar a personagem segundo essas linhas gerais.

Voltando ao conjunto das biografias, pode-se dividir a vida da personagem em três fases, mantendo como critério a já comentada relação entre ela e a história. O período de notoriedade de Quitéria foi fugaz; caracterizou-se pelos combates e pela rápida visita à corte ⁽³⁴⁾. Fase de interesse, motivo de biografias, que entremeia dois amplos e desconhecidos

(33) Lucien Febvre: *História*, op. cit., p. 33.

(34) Esta fase, em limites extremos, poderia cobrir a curta seqüência que vai de julho de 1822 a setembro de 1823. Por serem escassos os dados, datei-a da aclamação da autoridade de D. Pedro, como Príncipe Regente, na Câmara de Cachoeira, à viagem de Quitéria à corte.

vazios, onde a personagem permaneceu no anonimato. Apesar disso, alguns dados foram reunidos pelas biografias que intentaram preenchê-los, completando Maria Graham. Conseguiram o suficiente para comprovar a existência da personagem, de qualquer modo já estabelecida pela inglesa, mas não o suficiente para acumular riqueza de conteúdo sobre sua vida pessoal; especulam, por exemplo, sobre a existência de romance na primeira fase ou se gerou uma filha na última delas — em suma, terreno de carências (35).

Ainda que esta fase tenha celebrizado Quitéria, Graham, a fonte mais direta, pouco ou nada disse a respeito da sua participação nos combates. No entanto, esta fase inspira as biografias e torna-se motivo constante de atenção, preenchida cada vez mais por um apelo vago: trata-se da mulher heróica lutando pela independência, em prol do Brasil, pungente exemplo. Nem são preenchidas as falhas biográficas, nem se consegue impedir a volta do tema; tudo se passa como se o conjunto não carecesse de análises para sustentá-lo; ele se reproduz independente delas e as biografias apenas o reforçam.

Essa fase contém interesse especial, uma vez que nela Quitéria colocou-se à história, ou seja, essa fase pretende preencher a relação entre a personagem e a história. A rigor, este período deve ser recuperado eliminando-se o caráter lendário assumido. O que não significa dizer que deva ser examinado preferencialmente, abandonando-se as outras fases; isto implicaria em aceitar como meus os critérios do mito. Especialmente a primeira fase, decorrida até a idade de mais ou menos trinta anos, exige acurado estudo, pois permite situar e dar dimensão “histórica” à personagem, na medida que se leva em conta o campo das relações sociais onde ela estava inserida.

Graham permite a percepção de “ganchos”, de modo que a participação de Quitéria na temática da independência seja menos abstrata. A junção entre ambas ocupa o lugar do político, dando margem a que Quitéria apareça como uma brasileira lutando pela independência. As biografias consagram-na dessa forma e Graham observa seu destaque na “guerra do Recôncavo” e seu apoio ao imperador. O nexo que estabelece a ligação entre a personagem situada imprecisamente e seu “destaque na guerra” é a independência do Brasil, em percepção imediatamente política. Esse corpo de questões deve vir à baila, assumindo seu lugar, o que implica dizer que é em seu interior que o conjunto do problema Quitéria passa a possuir significação.

Visando algo mais que a brasileira genérica, é preciso apreendê-la na propriedade do pai, no sertão da Bahia, onde Quitéria permaneceu até o

(35) Ampliaram também o campo dos dados não pessoais, embora imediatamente relacionados, e que se revestem de interesse. Trata-se dos locais onde a família viveu, localização e variações da propriedade do pai, etc., básicos para confirmar e precisar as informações anotadas inicialmente pela inglesa. Ver a esse respeito, Pereira Reis Jr. e Fernando Alves, citados.

momento dos combates. Encontro mais informações a respeito de sua família no texto da inglesa: residem em São José da Itapororocas, no sertão, e dedicam-se à criação de gado. Esta atividade decorre de forma peculiar: o pai não sabe o número de cabeças que possui ou sequer as conta. Mas também plantam e vendem algodão.

Examinei essas informações levando em conta o gado e o algodão como pontos distintos a serem considerados. O primeiro reporta a Celso Furtado, analisando a economia de subsistência, criatória, e de caráter subsidiário, com relação à principal — a economia de exportação. Ela pode assumir relativo papel monetário, mas mantém-se principalmente para a subsistência local ⁽³⁶⁾. Insisto neste viés de que tal economia pode dedicar-se à venda de gado ou couro, entretanto existe e se reproduz em função da sua manutenção. Esta imagem de auto-suficiência amplia-se, pois Graham ainda anota, repetindo Quitéria, que “as mulheres do interior” também “fiam e tecem... para sua casa” ⁽³⁷⁾.

Permanecem alguns senões nessa consideração com referência ao possível aspecto mercantil dessa economia. É que na fazenda também produzem e negociam “algum” algodão ⁽³⁸⁾, ou seja, se o produto ajuda a atender suas necessidades (afinal “fiam” e “tecem”), volta-se também para o mercado. Quitéria fala na quantidade produzida e papel do clima nesta variável, o que torna a quantidade obtida incerta, mas não coloca a atividade em causa (60 ou 70 arrobas na seca, diz, e perto de 400 nas chuvas). Fala também em preços e suas variações com a escassez do produto. Em sua fuga seguiu o pai, quando este dirigia-se a Cachoeira, para negociar algodão. Posso avançar e afirmar que estas informações substanciam um universo de uma “economia” ao menos em parte mercantil.

Quitéria informa também que na fazenda havia 26 escravos, fato decisivo no ângulo destas considerações ⁽³⁹⁾; passo a considerar esta questão pelo aspecto do mercado em que esta produção se insere. Devo levar

(36) Celso Furtado — *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Nacional, 9a. edição; Ver a 2a. e 3a. partes. Todavia, é importante nuançar esta interpretação através de Fernando A. Novais, para quem um setor econômico para subsistência podia desenvolver-se nas colônias ao lado da produção mercantil destinada ao mercado europeu, dependente desta e visando aprovisioná-la. O que comandava o processo econômico em seu conjunto era o setor de exportação. O comando global da economia colonial era dado pelo mercado externo, sendo um dos setores diretamente dependente e o outro indiretamente. Ver *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*, citado.

(37) Ver o texto de Maria Graham, em apêndice.

(38) Viajantes observaram que ampla área, polarizada em Cachoeira, produzia algodão e tabaco. Ver J.B. von Spix e C.F.P. von Martius — *Viagem pelo Brasil*, São Paulo, INL/Melhoramentos, 1976, volume 2.

(39) Alguns biógrafos duvidaram da veracidade da informação e diminuíram esse número; todavia, a existência de escravos não foi contestada. Fernando A. Novais observa que em alguns casos a própria economia de subsistência podia absorver mão-de-obra escrava; a variável fundamental, no caso, é seu grau de mercantilização.

em conta produção para subsistência, produção mercantil e ocorrência de mão-de-obra escrava. Neste ponto pode-se estabelecer uma analogia com um estudo voltado para mercado urbano, com base no Rio de Janeiro, realizado por Alcir Lenharo ⁽⁴⁰⁾. Este autor pôs em evidência uma teia de relações, no sul de Minas, que dotava de caráter mercantil a economia de subsistência, enquanto abastecedora de centros urbanos. Além de sugerir uma rede de ligações entre essa economia e centros urbanos como Cachoeira e Salvador, a produção de algodão permite considerar a existência de uma “região” nesses termos, com polo em Salvador e polo subsidiário em Cachoeira, englobando a propriedade onde Quitéria vivia. Consideraria que tanto na produção de subsistência cresce a mercantilização, quanto parte da produção já tem em vista o mercado, não se tratando inclusive de produto relacionado à pura subsistência.

O mesmo autor evidenciou, no Sul de Minas, no espaço dessas relações, a existência de um empresário típico que, para o presente quadro, adquire grande interesse: apresenta-se ao mesmo tempo como proprietário, comerciante e tropeiro. Este aspecto pode fundamentar as viagens do pai, seu “negociar” algodão, em Cachoeira. Da mesma forma, permite o entendimento da ampliação do papel da mulher, na família patriarcal, no interior da fazenda. É que esta assume tarefas de orientação e controle.

Outro ângulo das páginas de Maria Graham aponta para questões políticas, ao nível da inserção dessa “economia” frente à problemática da independência. Faz-se mister apurado exame para ter-se ao menos uma idéia de quais limites poderiam transparecer com vistas à atuação da personagem no espaço de luta que a celebrizou, frente às posições em choque.

É curioso, mas a inglesa inclui sob “aventuras” o eminentemente político. Analisa-o procurando as motivações da participação da personagem. Trata-se do diálogo do pai com emissário enviado junto a proprietários locais, à procura de adesões e recursos para os independentes; esse episódio deu-se na presença de Quitéria, embora sem sua participação efetiva.

O emissário fala a seu pai, ao proprietário, do Brasil. Descreve-o enquanto objeto: em termos de “riqueza” e “grandeza”, embora sob “opressiva tirania” e “humilhação”. Pode transformar-se em agente, alcançando dessa maneira “felicidade”. Esta, para ser alcançada, supõe um projeto político, expresso em uma luta (carente de “voluntários”), que se manifesta sob a “Independência” — esta a via do Brasil feliz, com grandeza e riqueza. E para alcançar esse objetivo a independência opõe esse geral não demonstrado, Brasil, a outro conjunto semelhante, Portugal, igualmente vazio. A “tirania” é colocada como a relação entre ambos; não se trata de referência imediata à forma ou à organização do Estado, por exemplo. Assim se esclarece o significado de “humilhação”

(40) Alcir Lenharo — *As Tropas da Moderação (O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842)*, São Paulo, Símbolo, 1979.

— é o “submeter-se” (do Brasil) a um país “tão pobre e degradado”, é ser por ele “governado”.

Além de afirmar-se como geral, aparentemente de todos, o projeto personaliza-se ao apresentar D. Pedro, ao mesmo tempo que se especifica ao relacionar a independência com a monarquia. O emissário fala em seus “serviços”, em suas “virtudes” e nas da imperatriz. Observe-se que, convencendo Quitéria, não causa o mesmo efeito em seu pai, já que “este não partilhava em nada seu entusiasmo”. Considerando o pai como representativo de seu setor social, observa-se que ele não se sentiu incluído no geral.

Argumenta, inicialmente, de forma evasiva: é “velho”, diz, e “nem tem um filho” para oferecer. E coloca, a seguir, o discurso em sua concretude; examina o seu pretenso caráter geral, tocando diretamente nas relações sociais ordenadoras do seu setor produtivo:

“enviar um escravo? não...”

“que interesse tinha um escravo em bater-se pela independência do Brasil?”.

Esse questionamento preenche o discurso e tira-o do vazio. Situa-o no ponto de vista da “economia” de que faz parte e verifica sua abrangência em função de seus interesses. E exige uma exclusão: enquanto proprietário exclui a participação do escravo. Sugiro algo mais: o projeto apresentado não previa nenhuma mudança nessas condições fundamentais, o que era decisivo para que aquele setor social ao menos não se lhe opusesse. Desta forma, poderia examiná-lo do ponto de vista do conjunto da “economia”, afastada a análise da perspectiva das relações produtivas em seu interior. Entre a constatação de que as relações fundamentais não estão sendo afetadas e uma vaga oferta amparada sobre a pessoa de D. Pedro e da monarquia, o pai não hesita em afirmar:

“esperaria com paciência o resultado da guerra e seria um pacífico súdito do vencedor”.

Ou seja, o projeto não é entendido nem como representativo de seu setor social, nem como abrangente. Contanto que não toque na escravidão, ele é neutro em relação ao mesmo. Seu critério parece ser que a “economia” e suas relações ordenadoras permaneçam intocadas. Entretanto, Quitéria e sua irmã sentem-se envolvidas, entusiasmadas, o que induz a uma questão: ou ambas possuíam percepção política muito limitada ou a argumentação anotada do discurso do pai não abarcava integralmente as reais motivações do grupo social a que pertencia.

Destacar a relativa indiferença desse setor social já supõe admitir que muitos dentre esses proprietários podiam aderir ativamente. Tal como Quitéria muitos podiam apresentar-se como “voluntários”. Mas gostaria

de aprofundar esse ponto, examinando a possibilidade de adesão ao projeto como perspectiva política do setor. Recorro novamente à analogia com o Rio de Janeiro e Minas⁽⁴¹⁾, cujos vínculos mercantis reordenavam a economia de subsistência regional. O mercado aparece como organizador das possibilidades da produção, e estabelece uma rede de relações por todo o conjunto da região. É a continuidade do mercado o ponto a considerar e se a luta ameaçasse sua desorganização, urgiria intervir. Por outro lado um Conselho Interino, uma junta de governo provisória, foi formada em Cachoeira⁽⁴²⁾, com apoio de diversas câmaras locais; com isso, o interior da teia de relações examinadas foi percorrido por emissários ligados à administração que então se esboçava, sendo progressivamente reconhecida e apoiada por todas as vilas. A adesão, do ponto de vista do setor social de Quitéria e de seu pai, só poderia ocorrer em termos desse Conselho e da reação do conjunto de câmaras e vilas, ou seja, do apoio que viessem a apresentar à monarquia e à separação.

Portanto a possibilidade de participação adesiva na luta está dada. Mantidos como parâmetros a escravidão e o mercado, das próprias câmaras viriam apelos de apoio. Nesse sentido a atitude de Quitéria não parece isolada e conflitante com os limites dados ao grupo social a que pertence. Por outro lado, cabe examinar a questão que interessou a Graham e depois aos biógrafos, sobre o caráter excepcional de sua atitude, vista sob os parâmetros de sua condição feminina, ressaltando-lhe o fato de ser mulher.

É mister voltar-se então às observações sobre a “produção” onde a personagem se situava, subordinada a uma família patriarcal e proprietária de escravos. Trata-se de retomar as observações já iniciadas sobre o papel ampliado da mulher na fazenda. Proprietários-tropeiros mantinham-se eventualmente fora da propriedade, o que abria espaço para o desempenho de atividades substitutivas da mulher na condução dos trabalhos. Este é um ponto fundamental para que a iniciativa demonstrada por Quitéria encontre seus parâmetros e não seja vista como excepcional, apenas porque foi efetivada por uma mulher.

Para Maria Graham foi necessário criar uma categoria para explicar a atuação de Quitéria, “as mulheres do interior” — assim as denomina — o que implica na existência, de no mínimo outra categoria feminina diferente (convém lembrar que a inglesa estava na corte...). Veja-se, a seguir, os traços definidores desse ser, tal como os absorveu das palavras da personagem. Elas “fiam”, “tecem” e também “bordam”, isto é, elas possuem um lugar na produção e não estão relegadas apenas às tarefas domésticas. Usam armas de fogo para “caçar” e para “defesa” contra “índios bravios”; este é outro aspecto das atividades aparentemente de

(41) Alcir Lenharo — *As Tropas da Moderação...*, op. cit., p. 125.

(42) Braz do Amaral — *História da Independência da Bahia*, Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1923; suponho que o emissário citado acima advenha não do imperador e sim da junta de governo instalada em Cachoeira, apesar do conteúdo de seu discurso.

exclusividade masculina que a inglesa categoriza no “tal como seus irmãos”. Avançando um pouco mais: de seu necessário lugar na produção, examine-se agora a sua capacidade de iniciativa, de decisão; não se trata somente do uso de armas. Aparece também na direção da fazenda, não sendo o controle função exclusiva do marido⁽⁴³⁾. Este papel ampliado, nesses termos de iniciativa e decisão, pode ser apanhado novamente em Quitéria no início de suas “aventuras”: procura a irmã, aconselha-se; esta a apóia e juntas preparam um plano e o colocam em ação.

Cabe, nesse momento, preencher de conteúdo o vasto campo até agora definido como “luta” ou então “guerra”. Bases para essa terminologia já foram destacadas; tratava-se de combates entre duas forças, e a independência se apresentava como a motivação. Ora, as linhas anteriores já problematizaram essa primeira apresentação, quando se fez notar que mesmo para o grupo social de onde Quitéria era originária a questão não se punha de maneira tão simples. E se “independência” surge como um projeto, que ainda deve impor-se e abranger frações sociais colocadas diversamente, com peculiaridades a considerar, o que está em jogo não é exatamente um conjunto de ações armadas, e sim esse conjunto subjacente de questões.

Existem indicações sobre a existência de uma “luta” por trás desta aparência que Maria Quitéria veicula? A fala do pai, respondendo ao emissário, põe em relevo essa interrogação. A presença constante de Quitéria reforçando as linhas gerais de apenas um desses discursos é o avesso dessa mesma pergunta. Nota-se um projeto pretendendo abranger um vago conjunto, e o pai examinando até que ponto isso ocorria. Só isto bastaria para suspeitar da pobreza do discurso veiculado por Maria Quitéria. Mas resta verificar se não há lá mais que isso. “Portugal” também é um vazio não preenchido. O pai procurou preencher um desses conjuntos verificando, na ótica das relações sociais, a quem ele beneficiava. Tratar-se-ia de uma proposta que progressivamente se imporia a todos os grupos, ou o campo de luta seria ainda mais aberto?

Convém buscar apoio em contribuições bibliográficas alternativas para avançar essa discussão. Em Fernando A. Novais procurei a plausibilidade de um espaço de possibilidades divergentes abrir-se em torno da crise do antigo sistema colonial. As condições para a crise são procuradas na própria dinâmica do sistema. Dois aspectos do funcionamento do sistema engendram tensões. Um deles refere-se a que em conjunto a sociedade colonial é expoliada pela burguesia metropolitana. O outro ajusta-se à própria sociedade colonial, uma vez que esta organizava-se em torno da escravidão e conflitos aparecem sob o ângulo da exploração do

(43) Ponteiam exemplos nos viajantes, para diversas áreas, dessa mesma percepção da mulher. Um exemplo limite dessa postura pode ser apontado em Joaquina do Pompeu, de Pitangui, Minas, proprietária de 4 fazendas de gado, exportadora para a corte e matriarca de extensa família. Conforme Alcir Lenharo — *op. cit.*, p. 43.

trabalho escravo. Mas como elemento de um sistema maior, a crise não se abre apenas ao nível do sistema colonial, mas também do conjunto do sistema, o antigo regime⁽⁴⁴⁾. Concluo que no momento da crise do sistema um campo aberto de tensões estava presente: pense-se inclusive o amplo leque de choques e resultados, na América Colonial, que transparecem desde os acontecimentos no Haiti até a unidade no Brasil, sob uma monarquia constitucional e escravista.

Ao se procurar o movimento efetivo no qual problemas e propostas surgem e são vencidas, ou transformadas, ou impostas, esta questão assume novas proporções. As propostas não se configuram apenas nesses combates, onde se encontra Quitéria. Já tornou-se claro que a “independência” cobre muito mal as dimensões do conjunto. Entretanto, note-se que à época desses combates, na Bahia, o campo da “luta” já avança por uma definição em termos de “brasileiros” e “portugueses”. Se entre os primeiros não se esboça tendência a modificações na estrutura de produção, acompanhada de reduzida mobilização popular — o que implica deter qualquer outra variante que ponha em risco esses objetivos — o resultado, entretanto, ainda não se consubstanciaria. Nem a monarquia, mesmo constitucional, vence completamente, nem a presença do negro deixa de fomentar inquietações⁽⁴⁵⁾. Ao fim das ações militares na Bahia é grande a preocupação em garantir a propriedade e reforçar a submissão do escravo⁽⁴⁶⁾.

Visto esse quadro, resta lembrar como Quitéria nele se insere. Aqui ela tem um lugar e um papel. A Quitéria de um grupo social específico e que se apresenta frente ao conjunto com uma perspectiva política relativamente definida. Ao participar ativamente da luta ela se encontra não apenas com adversários no campo militar, mas também com um amplo campo de questionamentos e implicações.

Tem-se ressaltado apenas seu “heroísmo”, sua medalha. Graham observa que a jovem “se distinguiu ... na guerra” e sublinha o seu entusiasmo pela fala do emissário. O silêncio nesse momento crucial é que me permite dizer que o discurso que a compõe não absorve a riqueza do campo de luta; ao contrário, prescinde-se dele. Isto posto, posso supor

(44) Fernando A. Novais — Obras citadas.

(45) Ver Emília Viotti da Costa — “Introdução ao estudo da Emancipação Política”, *In Brasil em Perspectiva*, citado; Caio Prado Jr. — “O Tamoio e a Política dos Andradas na Independência do Brasil”, *In Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, São Paulo, Brasiliense, 1966, 5a. edição; Zélia Cavalcanti — “O Processo de Independência na Bahia”, *In 1822: Dimensões*, citado.

(46) Buscou-se impedir os “excessos” das tropas e os confiscos quando da entrada em Salvador e recuperar os escravos fugidos, punir bandos de negros armados, etc. Encontrei sugestões de combates entre negros escravos e as tropas “brasileiras”, além de divergências de fundo, em fontes da época. Ver Braz do Amaral — *História da Independência da Bahia*, citado, e Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva — *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, notas de Braz do Amaral, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1933, volumes 3 e 4.

apenas que o discurso veiculado por Quitéria pressupõe o movimento pelo qual, nesse campo de propostas em choque, somente um projeto se efetiva enquanto resultado. Quitéria associa-se ao próprio movimento que afirma esse resultado e circula exclusivamente no interior desse discurso. Dentro dele não há espaço para que Quitéria se angustie, questione, capte os conflitos vivos da história. Isto porque ela se movimenta em um discurso relativamente acabado, cujas operações centrais parecem ter-se completado. O resultado final apresenta-se revestido da vontade do geral como se fosse a história.

Esta é uma conclusão que necessita de maior explicitação. Porque relaciona a Quitéria ligada a um discurso de contornos míticos com o vencedor. Através dessa relação Maria Quitéria se faz presente no quadro histórico esboçado, enquanto destaque que veicula o próprio discurso. Na corte, recorde-se, ela é destacada pela curiosidade que a cerca. A entrevista com Graham o confirma. A inglesa fala de "aventuras". Mostra-se preocupada com a condição da mulher. Percebe em Quitéria iniciativa, esperteza: "escapului contra a vontade do pai"; "arranjou as coisas tão bem que", escreve. Graham aprova o perfil elaborado de Quitéria, comparando as qualidades reveladas com seu padrão cosmopolita de mulher. Seus modos são "delicados", nota, não possui "nada de rude" ou de "vulgar"; e isto apesar da "vida do campo". Sua "modéstia" não foi atingida, afirma. E a aprovação torna-se enfática: "penso que, com educação, ela poderia ser uma pessoa notável". A atração exercida por Quitéria na corte não deve ter sido limitada; pintou-se um quadro da jovem, informa Graham. É possível que a imagem feminina que a inglesa procurou em Quitéria predominasse no ambiente da corte. Teria sido a mulher condecorada que era objeto de curiosidade.

Entretanto, outra consideração deve antecipar-se a estas, inclusive para determiná-las: é o significado de uma "heroína" nos quadros da luta que, fora das ações armadas, não se encerrara. O posto de alferes que Quitéria recebe, o gesto de D. Pedro e a condecoração "que ele próprio impôs em sua túnica", podem adquirir maior significação. Considere-se que o imperador, por sua vez, não pode ser tomado como um dado isolado, suficiente em si mesmo. Ele é componente capital do conjunto do projeto.

A unidade territorial não se encontrava ainda sedimentada; questionamentos à monarquia transpareciam, quer na constituinte, quer na oposição à tendência centralizadora. E a Bahia foi a região de maiores combates, onde a oposição entre "portugueses" e "brasileiros" se fez mais intensa. Em termos de centralização e governo imperial, uma heroína que difunde, carrega o discurso que fala em Brasil e em imperador, passa a ocupar um lugar. Ao espaço de "luta" ainda não encerrado é que Maria Quitéria retorna, na qualidade de uma brasileira genérica, que servia ao imperador. Trata-se aqui de uma luta de difusão, de afirmação,

de um projeto que ainda não se completara enquanto revestido de um pretenso caráter geral.

Mas as possibilidades de crescimento da heroína enquanto mito são relativas. Seu realce circunscreveu-se à curta visita à corte e à sua relação com o imperador, podendo ter algum peso no curso dos acontecimentos na Bahia. Quitéria servia pois a essa situação. O vencedor ainda não se definira com clareza, ainda não se impusera. A inserção da personagem-mito atendia pois temporariamente aos interesses da centralização. O mito é frágil, portanto, já que preterido pela necessidade de afirmação do discurso do vencedor, que põe de lado a afirmação individual da heroína. A personagem existe para veicular um discurso e esse torna-se seu espaço de vida.

Transforma-se em lenda vaga, que se manterá como atração à medida que seus biógrafos tentem corporificar a heroína preterida. Ironicamente, eles não têm avançado muito além do texto base de Maria Graham, ocasionalmente registrado, e da tela de um artista estrangeiro, possivelmente atraídos pela curiosidade que a personagem despertava. À medida que o tempo passa, o próprio discurso articulado sobre a monarquia e D. Pedro dificilmente manterá o apelo à centralização e à unidade. É o discurso que envelhece.

Do que resta do rescaldo lendário sobrevive a Quitéria veiculadora da imagem da nação. Aquilo que resta ainda do discurso original é o que se mantém capaz de assegurar algum apelo no presente. De uma personagem mal traçada nos seus contornos individuais para a veiculadora destituída de parte significativa de seu discurso, Quitéria sugere ostentar hoje a lembrança de um vago apelo ao passado da nação.

Estas últimas considerações imbricam em um ponto de importância capital, quando se pensa no conteúdo propagado por um filme. Trata-se agora de relevar o que dá "vida" ao conteúdo transmitido. É que o histórico está preenchido não exatamente por uma multidão de indivíduos em combates, integrados num projeto unitário, e resolvidos a levá-lo avante a ferro e fogo. Existe algo mais aqui. São projetos conflitantes, dúvidas abertas, situações definidas com relação à produção, opostas e em choque. Sem dúvida, confluem para um resultado, anulando-se e destruindo possibilidades nesse momento ainda em aberto. Mas a "vida" consiste exatamente em apreender esse vasto campo, em perceber seu movimento; e é sua existência que a revela, não podendo de forma alguma tomar o sentido do afirmar, a posteriori, o resultado acabado.

Creio que o caminho percorrido esboçou as dificuldades que se apresentam a um filme que pretende seguir a via da história. Apesar dos percalços, viu-se que a tarefa é plausível, na medida que critérios sejam estabelecidos para isso. Maria Quitéria mostra o caminho da crítica. Desmontada e revista a personagem, procurou-se vislumbrar as lutas reais do momento do qual ela fazia parte. Esta foi a via de aproximação

da história, e que não se completou enquanto ela mesma não foi tomada como o núcleo explicativo dos problemas em questão. Nesse enquadramento a personagem Quitéria, percebida como mito, ganhou inteligibilidade e dimensão histórica. Esse passo e essa recuperação constituíram o caminho da crítica do próprio mito.

A rigor, a questão não deve ser vista de outro ângulo. O histórico é o critério, o alvo a atingir. Ele é composto pela multiplicidade de questões subjacentes que definem uma luta. Enfocá-lo exige pois um caminho crítico, que necessita avançar sobre o resultado acabado, refazendo o corpo do discurso até então tomado como pronto. O problema consiste em recuperar o campo de luta oculto sob o resultado enquanto ele não se completara e se colocava como uma possibilidade apenas, ainda.

APÊNDICE

MARIA QUITÉRIA VISTA POR MARIA GRAHAM (*)

"29 de agosto — Recebi hoje uma visita de D. Maria de Jesus, jovem que se distinguiu ultimamente na guerra do Recôncavo ⁽¹⁾. Sua vestimenta é a de um soldado de um dos batalhões do Imperador, com a adição de um saiote escocês, que ela me disse ter adotado da pintura de um escocês, como um uniforme militar mais feminino. Que diriam a respeito os Gordons e os Mac Donalds? O traje dos velhos celtas, considerado um atrativo feminino?! — Seu pai é um português, chamado Gonçalves de Almeida ⁽²⁾, e possui uma fazenda no rio do Pex (Peixe), na paróquia de S. José, no Sertão ⁽³⁾, cerca de 40 léguas para o interior de Cachoeira. Sua mãe era também portuguesa; contudo as feições da jovem, especialmente os olhos e a testa, apresentam os mais acentuados traços dos índios. Seu pai tem outra filha da mesma mulher, depois de cuja morte ele se casou de novo; a nova mulher e as crianças faziam com que a casa não fôsse muito confortável para D. Maria de Jesus. A fazenda do Rio do Peixe é principalmente de criação, mas o proprietário raramente sabe ou conta as suas cabeças. O Senhor Gonçalves, além do gado, planta algum algodão, mas como no sertão passa às vezes um ano sem chover, a produção é incerta. Nos anos de chuva ele pode vender quatrocentas arrobas, por 4 a 5 mil réis; nas estações secas dificilmente pode colher acima de sessenta ou setenta arrobas que podem alcançar de seis a sete mil réis. Sua fazenda emprega vinte e seis escravos.

As mulheres do interior fiam e tecem para sua casa, como também bordam lindamente. As moças aprendem o uso de armas de fogo, tal

(*) Extraído de Maria Graham — *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estadia nesse país durante os anos de 1821, 1822, 1823*, tradução e notas de Américo Jacobina Lacombe, São Paulo, Nacional, 1956. O evento passou-se no dia 29 de agosto de 1823.

(1) Maria Quitéria de Jesus. Trata-se do mais importante depoimento pessoal acerca da famosa heroína baiana. Quase todos os estudos sobre este vulto são "vasados sobre o escrito da ilustre inglesa" (Maria Graham), diz o seu biógrafo. Cf. Fernando Alves — *Biografia de Maria Quitéria de Jesus*, Salvador, 1952. Nota do tradutor.

(2) Gonçalo Alves de Almeida. Era brasileiro, conforme declara em seu testamento, e não português. Fernando Alves — op. cit., p. 66. Nota do tradutor.

(3) S. José de Itapororocas. Ib.. Nota do tradutor.

como seus irmãos, seja para caçar seja para defenderem-se dos índios brabos.

D. Maria contou-me diversas particularidades relativas a suas próprias aventuras. Parece que, logo no começo da guerra do Recôncavo, percorreram o país em tôdas as direções emissários do governo para inscrever voluntários; que um desses chegou um dia à casa de seu pai, na hora de jantar: que seu pai o havia convidado a entrar e que depois da refeição ele começou a falar sobre o objetivo de sua visita. Começou ele a descrever a grandeza e as riquezas do Brasil e a felicidade que poderia alcançar com a Independência. Atacou a longa e opressiva tirania de Portugal e a humilhação em submeter-se a ser governado por um país tão pobre e degradado. Ele falou longa e eloqüentemente dos serviços que Dom Pedro prestara ao Brasil, de suas virtudes e nas da Imperatriz, de modo que, afinal, disse a moça: 'Senti o coração ardendo em meu peito'. Seu pai, contudo, não partilhava em nada seu entusiasmo. Era velho, e disse que nem poderia juntar-se ao exército, nem tinha um filho para ali enviar; e quanto a dar um escravo para as tropas, que interesse tinha um escravo em bater-se pela Independência do Brasil? Ele esperaria com paciência o resultado da guerra e seria um pacífico súdito do vencedor. Dona Maria escapuliu então de casa para a casa de sua irmã, que era casada e morava a pequena distância. Recapitulou o grosso do discurso do visitante e disse que desejaria ser homem para poder juntar-se aos patriotas. 'Pelo contrário', disse a irmã, 'se não tivesse marido e filhos, por metade do que você diz, eu me juntaria às tropas do Imperador'. Isto foi bastante. Maria obteve algumas roupas pertencentes ao marido da irmã, e como seu pai estava para ir a Cachoeira a fim de negociar algum algodão, resolveu aproveitar a ocasião e partir atrás dele bastante perto para ter proteção em caso de acidente na estrada, bastante longe para escapar de ser presa. Afinal, à vista de Cachoeira, parou; e saindo da estrada, vestiu-se à moda masculina e entrou na cidade. Isto foi sexta-feira. No domingo ela arranjou as coisas tão bem que já havia entrado no Regimento de Artilharia e montado guarda. Ela era muito fraca, porém, para esse serviço e transferiu-se para a infantaria onde está agora. Foi enviada para aqui, creio eu, com despachos, e para ser apresentada ao Imperador que lhe deu o posto de alferes e a ordem do Cruzeiro cuja condecoração ele próprio impôs em sua túnica.

Ela é iletrada, mas inteligente. Sua compreensão é rápida e sua percepção aguda. Penso que, com educação, ela poderia ser uma pessoa notável. Não é particularmente masculina na aparência: seus modos são delicados e alegres. Não contraiu nada de rude ou vulgar na vida do campo e creio que nenhuma imputação se consubstanciou contra sua modestia. Uma coisa é certa: seu sexo nunca foi sabido até que seu pai requereu a seu oficial comandante que a procurasse.

Não há nada de muito peculiar em suas maneiras à mesa, exceto que ela come farinha com ovos ao almoço e peixe ao jantar, em vez de pão, e fuma charuto após cada refeição, mas é muito sóbria."